



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

Realização:



Apoio:





Assentamentos da reforma agrária em Colinas do Sul – GO: potencialidades para Segurança Alimentar e Nutricional local

Nina Paula Laranjeira, Clara Carmoni, César Barbosa, Nilcionir Costa Garcez -
Universidade de Brasília

Resumo

Relatamos neste trabalho a pesquisa desenvolvida em assentamentos em Colinas do Sul – GO com o intuito de avaliar o potencial de famílias assentadas para garantir sua segurança alimentar e nutricional (SAN) ou mesmo contribuir para a SAN do município. Estudamos três assentamentos criados concomitantemente, mas que apesar de mais de 10 anos de criação, tiveram pouco acesso a políticas públicas. Por meio da pesquisa-ação, e com base na pedagogia freiriana, interagimos com as comunidades em reuniões, vistas e oficinas, ocorridas entre 2015 e 2019, intensificadas com a realização de dois cursos, nos anos de 2015-2016 e 2018. Foram também aplicados questionários a 54 famílias, de um total de 191 parcelas. Trazemos o olhar das teorias decoloniais para melhor compreender o contexto em que se encontram essas famílias. Após 2016, apesar da intensificação da luta por direitos, quando duas assentadas assumem a direção do sindicato rural, a escassez das políticas públicas foi marcante e as famílias permanecem hoje na mesma situação de 5 anos atrás – poucos tem casa de alvenaria, energia elétrica e água. Apesar do contexto de baixa escolaridade e falta de recurso, as famílias resistem e constata-se uma produção de subsistência importante, com uso de frutos do cerrado. A escassez de água é fator decisivo para a produção. A paralização das políticas públicas a partir de 2016 se fazem sentir, além da falta da infraestrutura, no corte da Assistência Técnica, na falta de renovação das DAP provisórias e mesmo na redução do recurso do segundo projeto que financiou esta pesquisa. Conclui-se que, a manutenção da produção, ainda que não seja abundante e não seja suficiente para garantir a SAN das próprias famílias, nas condições atuais são indícios fortes de que existe potencial real para a produção de alimentos suficientes, no mínimo para subsistência. Ressaltamos o papel da extensão universitária para apoio ao processo de formação e organização das famílias, mas a insuficiência dessas ações, diante do abandono do Estado. É notório que essas/es agricultoras/es têm em sua forma de se conectar com a natureza, nos seus saberes, fazeres e na cultura em geral, um modo próprio, que a modernidade/colonialidade tentam deslegitimar, desvalorizar, invisibilizar.

Palavras-chave: agroecologia, políticas públicas, extensão universitária



1. Introdução

No município de Colinas do Sul, Nordeste Goiano, há 4 projetos de assentamento (PA) da reforma agrária, sendo três deles criados por volta de 2009: Terra Mãe, Boa Esperança e Córrego do Bonito, sobre os quais apresentamos uma discussão no VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, em 2018 (Laranjeira et al, 2018). Neste artigo, trazemos novos elementos e debates sobre estes, dos quais acompanhamos parte de suas trajetórias, entre 2015 e 2019.

Este município pertence à microrregião Chapada dos Veadeiros e por estar fora da região mais elevada e plana, a chapada (feição morfológica) propriamente dita, dominam as menores altitudes, em torno de 500m acima do nível do mar, incluindo a área dos assentamentos e a sede do município. Tal altitude confere um clima quente quase o ano todo e muito propício a diversos frutos do cerrado.

Quando da desapropriação das fazendas e a criação desses assentamentos, a área era desmatada e composta por pastos para criação de gado. Em pouco mais de 10 anos, a paisagem se transformou, com regeneração avançada do cerrado. Assim, extrativismo e processamento de frutos do cerrado são atividades importantes para muitas famílias.

A pesquisa foi desenvolvida pela equipe de pesquisadoras/es e extensionistas do NASPA – Núcleo de Pesquisa em Alimentação Sustentável e Produção Agroecológica, na época vinculado à UnB e hoje vinculado ao IBC-Instituto Biorregional do Cerrado, uma OnG sediada em Alto Paraíso de Goiás, município vizinho a Colinas. Queríamos compreender em que medida essas famílias poderiam ter sua segurança alimentar e nutricional (SAN) garantida, e como poderiam contribuir para a SAN do município, ou seja, produzindo excedentes para comercialização nos mercados locais, incluindo a alimentação escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nos perguntávamos se era possível viverem em SAN e que condições teriam para isso.

A pesquisa teve como eixo a pesquisa-ação. Como referência teórica, a pedagogia de Paulo Freire, sobretudo por sermos uma equipe composta majoritariamente por educadoras e educadores, interessados na emancipação deste território. Procuramos também dialogar com as teorias decoloniais, pois tais teorias permitem refletir de forma mais abrangente sobre as comunidades em questão.

O objetivo de conhecimento da pesquisa era verificar o potencial dos assentamentos citados para garantir a segurança alimentar e nutricional dos mesmos, assim como os desafios que as famílias encontram para conseguir realizar esse potencial, incluindo a luta pelo acesso a políticas públicas. Como objetivo prático, estava o desejo de parte das comunidades, de produzir e comercializar sua produção nos mercados locais, viver da e na terra com dignidade; o fortalecimento das comunidades para ampliar a produção e o comércio.



2. Fundamentos Teóricos e metodológicos

Ao utilizar como metodologia a pesquisa-ação, é importante delimitar como e porque foi feita essa opção metodológica. O grupo de pesquisadoras/es envolvidos é composto principalmente por educadoras e educadores, com formação alicerçada na pedagogia de Paulo Freire, tendo a práxis (o vai-e-vem entre teoria e ação e a ação-reflexão-ação) como elemento fundante, a escuta verdadeira, a ética, o foco no empoderamento das comunidades envolvidas. O fio condutor era a reconstrução e apropriação da própria história, das potencialidades e de possibilidades de conquista da autonomia para produzir, vender e viver da terra, com qualidade.

Entendemos, portanto, a Extensão Universitária na perspectiva da “interação social” (Freire, 1992), na qual ocorre a aproximação entre sujeitos envolvidos, em oposição à “transferência de conhecimentos” da extensão rural conservadora, no espírito da Revolução Verde, que tem no técnico o papel de levar conhecimentos produzidos pela ciência ao camponês que, *a priori*, não teria conhecimentos válidos, e onde seriam depositadas as informações produzidas pela ciência. Tal concepção é identificada por Freire (1987), na Pedagogia do Oprimido, com o termo “educação bancária”: estratégia para a manutenção da opressão e domínio sobre a grande parcela excluída da população, criando distanciamento entre educador/a e educando/a. Na educação libertadora de Freire, ao contrário, o diálogo está no centro do processo, permitindo reorganizar e requalificar as práticas pedagógicas, em uma perspectiva de educação integral, humanizadora e ética. Assim, Freire vai além dos limites da própria educação, para chegar na produção do conhecimento, de forma dialética, utilizando-se da práxis.

E por que a pesquisa-ação? Não é nosso intuito aqui discutir o termo pesquisa-ação, que de certo modo pouco se distingue da pesquisa participante, e que foi objeto de discussão anterior deste grupo (Laranjeira e Barbosa, 2018). Mas vale a pena pontuar que existe muita convergência entre os dois termos, se consideramos autoras/es que tomaram a vertente latino-americana, nascida com Paulo Freire e Orlando Fals Borda, na década de 60, fundamentada no materialismo histórico-dialético. Neste grupo, encontraremos uma diversidade de variações, com muitas convergências; entre elas citamos: forte envolvimento entre pesquisador/a e comunidades, que trabalham em conjunto, com objetivos comuns; diálogo como esteio do processo; a práxis; valorização dos conhecimentos de todos os sujeitos; a importância dada à necessidade de transformação social e libertação da opressão. Nos colocamos dentro desse coletivo e acreditamos na dialética - no sentido do confronto entre contraditórios, que promovem avanços no pensar, no viver, no agir - como esteio da pesquisa social.

Adotamos o termo pesquisa-ação, concordando com Thiollent (1985) que, reconhecendo a diversidade metodológica identificada na pesquisa participante (PP)



e pesquisa-ação (PA), afirma que, entre as duas, uma “rara distinção é necessária. A PA é uma forma de PP, mas nem todas as PP são PA.” (p.83), sendo a PA mais centrada no agir, preocupando-se com a relação entre investigação e ação. Na PP o foco seria a posição do pesquisador/a e sua relação com as/ao “pesquisadas/os”. Posteriormente, o autor detalhou a pesquisa-ação, entendendo-a como pesquisa social com base empírica, cuja concepção e realização se dão em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo, com envolvimento cooperativo ou participativo de pesquisadoras/es e comunidades. A ação referida pelo autor, (Thiollent, 2011) é ação problemática, que requer investigação para ser elaborada e conduzida, e na qual a investigação organiza-se em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação da ação planejada. Assim sendo, há objetivos práticos e objetivos de conhecimento, sendo estratégico buscar equilíbrio entre a importância dos dois.

É preciso também registrar, sem a pretensão de enveredar neste debate, que estamos no âmbito da Agroecologia, entendida como ciência, prática e movimento, dimensões inseparáveis, ou seja, uma ciência que nasce dentro de um paradigma diferenciado, que quer construir conhecimento contextualizado. Uma ciência que contribui para delinear uma nova epistemologia. O filósofo Hugh Lacey trouxe importante contribuição para esta reflexão, que registramos em artigo recente:

Para Lacey (2019), a agroecologia, enquanto ciência, não pode ser separada de suas outras dimensões: prática agrícola e movimento social, bem como de uma quarta dimensão, a de projeto político capaz de levar ao desenvolvimento de um novo sistema agroalimentar, baseado na soberania alimentar, com segurança alimentar e justiça social. Se não é possível separar a dimensão científica das demais, a agroecologia, enquanto ciência, requer de nós metodologias diferenciadas, o que o Prof. Hugh Lacey (2019) denomina de metodologias sensíveis ao contexto, em contraposição às metodologias descontextualizadoras da ciência convencional. (LARANJEIRA et al, 2019, p.67)

Trabalhamos na busca de uma ciência contextualizada usando a pesquisa-ação e a pedagogia freiriana, atuando com a práxis e com o movimento dialético entre teoria e realidade.

Entendemos o materialismo histórico-dialético como fundamental nos processos de diálogo e construção de conhecimento instaurados nos trabalhos da pesquisa-ação, e reconhecemos a importância das teorias sociais marxistas. Entretanto, durante esses anos de convivência e pesquisa junto a essas comunidades, foi importante trazer o olhar das teorias decoloniais, para compreender a realidade deste país colonizado, e o papel da América Latina na história colonial/capitalista, e no momento atual. Fomos o primeiro continente a sofrer o intenso processo de dominação europeia, e segundo Quijano (2020), onde nasce a ideia de raça que classifica a população mundial, ao se configurar uma raça branca (europeia), superior às demais, a partir da chegada e conquista das Américas pelos europeus. Para esse autor, a ideia de hierarquia racial associa-se



intimamente com a divisão social do trabalho nas sociedades recém-criadas da época e, posteriormente, tais relações de dominação se espalham para novas colônias, em outros continentes. Quijano forja o conceito de colonialidade, na década de 1990, para identificar esse processo de subordinação e dominação, que permanece após a independência das colônias e até os dias de hoje, sobretudo a colonialidade do poder, cuja base é a ideia de raça.

O conceito de “colonialidade” foi corroborado por tantas outras/os autoras/es que ampliaram os debates das teorias decoloniais. Foi graças à conquista da América Latina, e o acesso a grandes quantidades de ouro e prata, que o europeu (branco) tornou-se detentor e controlador do capital comercial, do trabalho, e dos recursos de produção, no conjunto do mercado mundial. A abordagem racial nunca mais foi abandonada e, ainda nos dias de hoje, ela é estruturante dos três pilares da colonialidade identificados e descritos por Mignolo (2017): a colonialidade do poder, do saber e do ser. Neste trabalho, Mignolo apresenta como tese, que “a ‘modernidade’ é uma narrativa complexa, com origem na Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’.” (p.2), sendo esta última, portanto, constitutiva da modernidade.

Castro-Gomes e Grosfoguel (2007), apresentaram o histórico dos estudos do “Proyecto latino/latinoamericano modernidad/colonialidad” e categorias-chave utilizadas pelo grupo, e introduzem a categoria decolonialidade, “utilizada en el sentido de *giro decolonial*, desarrollada originalmente por el filósofo puertorriqueño Nelson Maldonado-Torres (2006), que, (...), complementa la categoría ‘descolonización’, utilizada por las ciencias sociales de finales del siglo XX.” (p.9).

Os estudos decoloniais na América Latina tomam corpo e vêm demonstrando a importância de ampliar as categorias utilizadas no marxismo, trazendo uma leitura mais ampla da situação dos povos latino-americanos, fruto de uma história colonial que não foi finalizada, e submetidos, ainda nos dias de hoje, à matriz colonial de poder.

Aqui, é nosso objetivo apenas pontuar a importância de trazer um olhar mais abrangente e situado no contexto específico da América Latina para compreender os contextos em que atuamos como extensionistas e pesquisadores. Reconhecer as origens da posição subalterna delegada às diversas comunidades rurais nesta região, num canto esquecido no limite do estado de Goiás, majoritariamente negras, foi fundamental para desenvolver esse trabalho.

3. Contexto e Metodologia

A Chapada dos Veadeiros teve sua ocupação histórica iniciada pela presença indígena (Crixás, Goyazes e os Avá-Canoeiros) e já no final do século XVI a presença dos bandeirantes, e o séc. XVIII começa a ocupação da região, com o garimpo do ouro, que trouxe também a presença negra (LARANJEIRA et al, 2021).



Os povos indígenas têm presença limitada à Terra Indígena Avá Canoeiro, que abarca parte do município de Colinas do Sul e o vizinho Minaçu, onde vive pequena família desse povo. Entretanto, sua influência na cultura camponesa local é importante (ÁGUAS et al. 2021), tendo ocorrido miscigenação com as comunidades negras, espalhadas pela região, que carregam ainda hoje seus conhecimentos.

Por sua vez, a presença negra é notória no território, na ocorrência de diversas comunidades, parte delas reconhecida como quilombos, e na composição da população das pequenas cidades e povoados deste território.

O processo de criação dos três assentamentos foi coordenado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, vinculado à CONTAG. A desapropriação da Fazenda Real, situada na margem esquerda do rio Preto, deu-se em maio de 2009, surgindo os assentamentos Terra Mãe e Boa Esperança. Na Fazenda Palmeira, em abril de 2008, originou-se o Córrego do Bonito. As famílias ficaram acampadas por um ano e meio, primeiro nas margens da GO-132, próximo à entrada da Fazenda Real e depois nas sedes dos respectivos assentamentos.

Os PA Boa Esperança e Terra Mãe são vizinhos, em boa parte delimitados pelo Ribeirão Gameleira, afluente do Rio Preto, hoje inundado pela Represa Cana Brava. O Gameleira é intermitente, e por isso, na seca não é uma fonte de água para as famílias residentes. Esta característica, entre outras da região, faz da água um grande desafio. O PA Córrego do Bonito, na mesma bacia hidrográfica, localiza-se em região de cabeceiras e enfrenta condições semelhantes de acesso à água. A redução das chuvas e do volume de água dos rios e córregos é uma queixa presente em várias comunidades rurais da Chapada dos Veadeiros.

De acordo com o site do IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/colinas-do-sul/panorama>), Colinas do Sul tem uma população estimada, em 2020, de 3.360 habitantes, enquanto o censo de 2010 havia definido em 3.523. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em cálculos de 2010, é de 0,658. Um município pequeno, rural e jovem, criado em 1987.

A pesquisa foi realizada no âmbito da Extensão Universitária, buscando: mobilizar a participação da comunidade para oficinas e reuniões; a escuta sensível de seus saberes, fazeres e demandas; mobilizar os conhecimentos existentes, assim como registrar e sistematizar esses encontros, para compartilhar novamente com o grupo. A pesquisa-ação foi o eixo metodológico estruturante, e realizamos também levantamentos de dados por meio de questionário no ano de 2016 e de entrevistas, em 2018, que serão brevemente discutidos neste artigo.

Foram utilizadas ferramentas que proporcionassem a participação da maioria dos envolvidos nas rodas de conversa, oficinas e respectivas sistematizações. Criamos processos, encontros e espaços para fortalecer relações, conhecer e valorizar histórias de vida, histórias coletivas, conhecimentos (saberes e fazeres),



potenciais e anseios. Os princípios agroecológicos permearam todas as discussões, tanto em seu sentido estrito – produção e extrativismo, quanto no sentido mais amplo, da luta pelo direito à terra e à produção sem uso de agrotóxicos ou outras químicas, entendendo a agroecologia como ciência, prática e movimento.

As ações nos assentamentos foram iniciadas em 2015, com um curso de formação de jovens em agroecologia (“Agroecologia e Sustentabilidade no Cerrado”), com financiamento do CNPq/INCRA (Chamada nº 19/2014), no qual boa parte das aulas incluiu a comunidade (Laranjeira et al, 2018). Paralelamente ao curso, realizamos o levantamento com questionários.

Em uma segunda etapa, um novo projeto foi aprovado (Chamada CNPq-MCTI nº 16/2016, com execução em 2018 e 2019), com foco na segurança alimentar, igualmente estruturado na oferta de curso, com 160 horas, sob o título “Organização social para a segurança alimentar, produção e comércio agroextrativista”, também ofertado no formato de oficinas e construções colaborativas.

4. Resultados

4.1. Organização social e mobilização das comunidades

Desde os primeiros contatos com as comunidades era evidente a fragilidade das associações de cada assentamento. A dificuldade de mobilização traduzia-se em reuniões esvaziadas e conflitos quando havia possibilidade de chegada de benefícios.

As associações tinham relacionamento distante com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também fragilizado. A criação dos assentamentos deu-se via sindicato, mas este dava pouco apoio às famílias. Em 2016, o presidente foi afastado por problemas de corrupção e lideranças dos assentamentos Boa Esperança e Terra Mãe assumiram, respectivamente, a presidência e vice-presidência, que passou a dialogar com o INCRA.

A ausência do INCRA sempre foi sentida. Após a desapropriação, as famílias “cortaram a terra na corda”, como eles dizem. A partir de uma orientação mínima do órgão mediram e marcaram os lotes com cordas, traçando os limites, fazendo acordos para a distribuição entre as famílias presentes, registradas no INCRA.

Desde então, mais de dez anos se passaram, durante os quais lutaram e lutam para conseguir a implantação das políticas públicas básicas, previstas no Programa Nacional de Reforma Agrária: auxílios de instalação (recebido por alguns), água encanada, energia elétrica, material para construção das casas, assistência técnica extensão rural (ATER), DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) definitiva e acesso ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).



Nas oficinas realizadas pelo Projeto Vidas Paralelas, sob a coordenação das professoras Maria da Graça Luderitz Hoefel e Denise Osório Severo, como parte do curso “Organização social para a segurança alimentar, produção e comércio agroextrativista”, foram sistematizados os principais fatores que favorecem e prejudicam a vida nos assentamentos. A cartilha do projeto (PROJETO VIDAS PARALELAS CAMPO, 2018), ricamente ilustrada por fotografias e desenhos das/os participantes do curso, moradoras/es dos três assentamentos, retrata muito bem a realidade da vida cotidiana das famílias. Encontramos aí:

aspectos positivos e negativos que constituem a comunidade: plantação diversificada; esperança de melhoria; felicidade; reconhecimento da coragem dos camponeses que permanecem na luta; necessidade de regularização da terra; dificuldade no parcelamento da terra; ausência de assistência técnica do INCRA; falta de água; falta de luz; dificuldade acesso; preservação do meio ambiente; seca; individualismo; havia união, hoje não há; ganância.” (PROJETO VIDAS PARALELAS CAMPO, 2018, p. 7)

Em uma outra oficina do curso, surgiram, no primeiro assentamento, como características positivas: amizade, a terra, casa/criação, superação, alicerce, resistência, fé; e o reconhecimento do trabalho das mulheres que para eles representa: sabedoria, organização e força. No Terra Mãe, identificaram como coisas boas neste assentamento: parcerias entre famílias, terra, coragem, fé, perseverança; mas que precisam de: união, perseverança, respeito/tolerância, otimismo.

O reconhecimento da dificuldade de organização e participação é claro: as comunidades sabem do desafio que precisam enfrentar a fim conquistar melhores condições.

Com toda dificuldade encontrada, ao final dos dois anos do primeiro projeto (2015 e 2016), havia se formado dois grupos de mulheres (no Boa Esperança e Terra Mãe). O PA Córrego do Bonito já estava com dificuldades com lideranças e organização e não se manteve no processo. Esses dois grupos, na etapa seguinte (projeto 2018-2019), poderiam ter se firmado, caso tivessem conquistado melhores condições de infraestrutura para esses assentamentos.

4.2. Levantamento por questionários

Um questionário foi aplicado para um total de 54 famílias (quadro I). É difícil saber quantas, entre as 191 parcelas, estão ocupadas por residentes. Muitos/as agricultores/as precisam trabalhar fora para seu sustento e outros/as não têm infraestrutura suficiente para permanecer na terra. Outras famílias, apesar de residirem nos assentamentos a maior parte do ano, acabam por migrar temporariamente para a cidade no final do período de estiagem (agosto a outubro), pela falta de acesso à água. Algumas famílias permanecem somente na época do plantio das roças (estação de chuva) e ainda outras não estabelecem vínculo regular



com a terra.

Perfil das Famílias

Na primeira parte do questionário foram solicitadas informações sobre os “donas/os” da parcela e as/os filhas/os. No quadro I, além de uma síntese sobre a aplicação do instrumento, descreve-se a situação familiar, identifica-se famílias chefiadas por casais ou somente por uma pessoa. Na vida no campo cada pessoa adulta representa força de trabalho.

Ao todo foram identificados 92 adultos, referidos como “donas/os” das parcelas, nos três assentamentos. Abaixo, os perfis de origem (camponesa ou não), escolaridade, ocupação e origem dos saberes utilizados na produção.

Assentamentos Visitados em Colinas do Sul e o nº de parcelas	Nº total de questionários aplicados	Nº de Casais chefiando a família	Nº de mulheres chefes de família	Nº de homens chefes de família	Homens solteiros com mãe idosa	Nº Total de adultos a frente da casa
Terra Mãe – 90	26	16	4 (com filhos)	4 (sem filhos)	4	4 4
Boa Esperança - 32	10	9	1 (com filha jovem)	-	-	1 9
Córrego do Bonito - 69	18	11	1 (com filhos)	3 (c/ filhos) 3 (s/ filhos)	-	2 9
Total	54	36	6	1 0	4	9 2

Quadro I: Distribuição dos questionários aplicados nos três assentamentos e adultos identificados como “donas/os” das parcelas.

		Frequência	(%)	
Donos/ Donas	Foco do trabalho:	No lote	57	62,0
		Dividido	28	30,4
		Fora	6	6,5
		Não respondeu	1	1,1
	Escolaridade	Fundamental	55	59,8
		Médio	14	15,2
		Técnico	0	0,0
		Superior	0	0,0
	Não respondeu	23	25,0	



das parcela s	É originário de família agricultora?	Sim	87	94,6
		Não	4	4,3
		Não respondeu	1	1,1
	Origem do saber como agricultor/a	Família	83	90,2
		Cursos	8	8,8
		Não respondeu	1	1,1
	Faz cursos ligado à agricultura?	Sim	59	64,1
		Não	30	32,6
		Não respondeu	3	3,3
	Acha que cursos melhoraram a produção?	Sim	43	46,7
		Não	33	35,9
		Não respondeu	16	17,4

Quadro II: Características das 92 pessoas identificadas como donas/os das 54 parcelas pesquisadas.

Foi identificado alto percentual de foco de trabalho das/os donas/os no lote (62%), ou dividido (trabalham na parcela e também fora) - 30,4%. Tais resultados evidenciam o domínio do tipo de família chefiada por casais, quando na maioria das vezes, as mulheres não costumam trabalhar fora. O foco “dividido” é bem maior que fora dos lotes, e deve-se ao fato de que trabalho fixo é difícil de ser encontrado em Colinas do Sul. A maioria das famílias, apesar de tirar a maior parte do sustento de atividades externas aos assentamentos, como veremos adiante, pouco tem trabalho regular.

Nota-se que a origem da maioria é camponesa e, mesmo declarando terem feito cursos sobre agricultura, afirmam que a maior parte de seu conhecimento sobre agricultura vem de família; não são unânimes em apontar os cursos como fonte de conhecimentos importantes para sua produção.

A escolaridade é baixa, evidenciada não só pelos quase 60% que disseram ter o ensino fundamental, mas também pelo fato de que 25% “não respondeu”.

No total, foram identificados 36 filhos morando com as famílias entrevistadas, onde 44,4% tem foco de trabalho fora das parcelas e 16,7% se divide (trabalho fora e no lote). Como não foi limitada a idade para a resposta a essa pergunta, deve-se observar que entre os que estão no grupo com foco no lote, há também crianças. De toda forma, o resultado traz dado importante: os jovens estão buscando trabalho fora, mais do que os adultos.

Infraestrutura de Moradia

Somente 35,8% das famílias tem casa de alvenaria, consequência da falta de acesso às políticas públicas que o INCRA deveria ter implantado na região, mas que não foram acessadas. Da mesma forma, a água encanada (32,1%) e a energia elétrica (49,1%) também são restritas às famílias que conseguiram o acesso por



esforço próprio (quadro III).

As famílias que têm energia elétrica, têm também geladeira, enquanto 87% têm fogão a lenha e 83% têm fogão a gás. Chama a atenção o fato de 90,6% ter telefone, enquanto somente 43,4% têm caixa d'água e 44% não tem nenhum tipo de fossa, evidenciando a ausência de banheiro.

Infraestrutura de moradia		
		% de Famílias
Tipo de construção	Barraco	71,7
	Pau-a-pique	1,9
	Alvenaria	35,8
Água encanada	Sim	32,1
	Não	67,9
Eletricidade	Sim	49,1
	Não	50,9
Fogão	Gás	83,0
	Lenha	88,7
	Não	0,0
Geladeira	Sim	49,1
	Não	50,9
Freezer	Sim	13,2
	Não	86,8
Telefone	Sim	90,6
	Não	9,4
Internet	Sim	1,9
	Não	98,1
Caixa d'água	Sim	43,4
	Não	56,6

Quadro III: Estrutura de moradia nos três assentamentos (54 famílias pesquisadas).

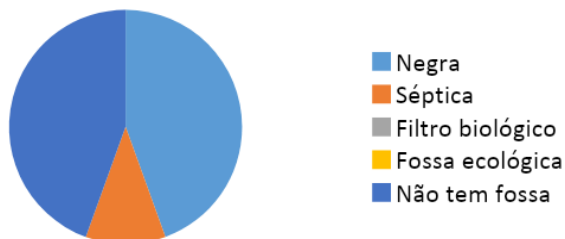


Gráfico I: Tipos de fossa relatados pelas 54 famílias abordadas.

Infraestrutura de Produção

Conforme registrado no quadro IV, as famílias têm pouca estrutura para criação animal e processamento da produção vegetal, além do que, conforme observamos em campo, muitas dessas estruturas não estão em condições adequadas. A criação de galinhas está presente em mais de 90% das parcelas, ainda que muitas vezes com estrutura precária e somente 63% declaram possuir galinheiro. Outras criações (gado bovino e suínos) não tem a mesma frequência, já que requerem estruturas mais complexas.

Se considerado o quesito “equipamentos” a situação é ainda mais precária, pois nenhuma família possui máquinas do tipo trator, tratorito ou roçadeira. Possuem: bomba costal (25,9%), motosserra (31,5%), carro (34,9%) e moto (38,1%). A maioria não possui, portanto, transporte próprio, o que, considerando a distância dos assentamentos até a cidade mais próxima, que pode variar de 25 a 50 km, é um problema.

Tipo de criação	Quantidade	% de Famílias
Galinas/frangos	> 70	13
	de 30 a 70	29,6
	de 1 a 30	48
Gado de corte		44,4
Vaca leiteira		33,3
Suínos		38,9

	% de Famílias
Galinheiro	63
Curral	42,6
Chiqueiro	46,3



Casa de farinha	5,6
Moenda de cana	3,7
Tanque de peixe	1,9

Quadro IV: Percentual de famílias que têm criação de animais e infraestrutura para criação animal e processamento de alimentos (54 famílias pesquisadas).

Produção, comércio e consumo

Pela análise do quadro V, comparando a produção e a venda de alimentos, fica claro que poucas famílias comercializam sua produção, ou seja, predomina a produção de subsistência. O milho, a mandioca e os frutos de cerrado são os produtos vegetais mais comuns, e para proteína animal, os ovos são os mais presentes. A baixa produção de verduras, deve-se à baixa disponibilidade de água, e a maior parte das famílias planta no período chuvoso, predominando o cultivo de espécies como milho, feijão, mandioca, cana e alguns outros legumes, não especificados no questionário aplicado, mas identificados em oficinas dos cursos ofertados, tais como: abóbora, quiabo, maxixe, jiló, e também açafrão, gergelim e amendoim. Nas oficinas, identificamos produtos processados e comercializados, tais como: farinha de mandioca, polvilho, queijo, leite, doces diversos, conserva de pequi, baru, óleo de pequi, buriti, polpa de mangaba e outras frutas. Tais produtos encontram como principal dificuldade para comercialização, a falta de agroindústrias que possam atender à legislação. Além disso, nem um dos municípios da Chapada dos Veadeiros conta com o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) para esses produtos, o que impede a compra para a merenda escolar, que fica restrita aos produtos *in natura*, sem valor agregado.

A análise de entrevistas realizadas em 2018 com lideranças dos três assentamentos, mostraram também que a produção nos assentamentos é pequena e que se faz necessário comprar nos supermercados para complementar a alimentação. Informaram também que muitas pessoas nos assentamentos consomem ou comercializam os frutos do cerrado, identificados como fazendo parte da alimentação de muitas famílias. A troca de alimentos entre vizinhos foi relatada somente no Boa Esperança, e as sementes foram especialmente citadas. Quando indagadas sobre a intenção de ampliar a produção, visando a comercialização ou mesmo o autoconsumo, a representante do assentamento Terra Mãe informou que, a princípio, visam ao autoconsumo, mas que gostariam de comercializar, enquanto a do Córrego do Bonito colocou a falta de disponibilidade de água como empecilho para ampliação da produção e a representante do Boa Esperança falou sobre a questão do transporte para a feira, que impede de levarem seus produtos para a cidade. Tais posicionamentos das lideranças, corroboram os resultados da aplicação dos questionários aplicados em período anterior.



% de famílias & alimentos consumidos/vendidos/produzidos					
Produz no lote:	(%)	Vende:	(%)	Consumo:	(%)
Olerícolas/folhas	31,5	Olerícolas/folhas	3,7	Olerícolas/folhas	90,7
Olerícolas/legumes	35,2	Olerícolas/legumes	1,9	Olerícolas/legumes	94,6
Feijão	29,6	Feijão	0	Feijão	100
Arroz	11,1	Arroz	0	Arroz	100
Milho	75,9	Milho	0	Milho	98,2
Mandioca	85,2	Mandioca	13	Mandioca	100
Sub-produtos da mandioca	51,9	Sub-produtos da mandioca	9,3	Sub-produtos da mandioca	43,1
Leite	51,89	Leite	5,6	Leite	96,3
Ovos	88,9	Ovos	31,5	Ovos	96,3
Carne Bovina	31,9	Carne	7,8	Carne	93,5
Cana	51,9	Cana	0	Cana	57,4
Açúcar mascavo e rapadura	1,9	Açúcar mascavo e rapadura	0	Açúcar mascavo e rapadura	63
Plantas medicinais	85,2	Plantas medicinais	1,9	Plantas medicinais	92,5
Frutos do Cerrado	88,9	Frutos do Cerrado	7,4	Frutos do Cerrado	94,4

Quadro V: Percentual de famílias que produzem, vendem e consomem os alimentos listados.

O processamento da mandioca, sobretudo a produção da farinha, é o mais comum, apesar do comércio também se restringir a poucas famílias (9,3%). Os frutos do cerrado, são também processados e comercializados, principalmente pelo grupo de mulheres do assentamento Boa Esperança e a maioria das famílias faz uso. A falta de energia elétrica restringe bastante esse trabalho, pois as polpas de frutas necessitam de freezer para armazenamento.

Apesar de toda a precariedade de condições de vida, existe riqueza em variedade de alimentos produzidos e desejo das famílias de ampliar a produção.

5. Políticas Públicas para a reforma agrária e a segurança alimentar

Em 2016, quando as duas representantes desses assentamentos assumiram a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colinas do Sul, passamos a acompanhar a luta dessas mulheres junto ao INCRA. Mas a orientação do governo federal havia mudado muito desde então, e apesar da nova direção do sindicato ter maior conexão e diálogo com o INCRA, a situação não possibilitava conquistas significativas em termos de políticas públicas. Ao mesmo tempo em que a luta por direitos havia se tornado mais significativa com a nova direção do sindicato, e por isso as esperanças de receber os materiais para construção das casas fora renovada, já não estava nos planos do governo dar continuidade às etapas do previstas para a reforma agrária.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



O acesso a essas políticas, já difícil antes de 2016, tornou-se inviável, em face ao rápido desmonte em curso. Até 2015, ainda que em situação precária, foi mantida empresa contratada para prestar serviços de ATER, alguns chegaram também a receber os auxílios de instalação. Entretanto, a criação de infraestrutura básica nesses assentamentos nunca foi levada a cabo. Permanecem sem acesso à energia elétrica, à água encanada ou casas de alvenaria. As famílias vão encontrando soluções como podem, e muitos vivem em barracos, sem energia e água.

Por outro lado, as duas lideranças agora no sindicato, mobilizavam as famílias em seus assentamentos, por meio das respectivas associações, se afastaram um pouco da rotina cotidiana de suas comunidades, para entrar na luta política, fragilizando ainda mais essas associações. Assumiram o sindicato entendendo que teriam mais poder para reivindicar as condições mínimas, mas a sensação é de que chegaram tarde.

Com a paralisação das políticas, o INCRA passou a prometer a titulação da terra e foram suspensas as emissões das DAP provisórias, o que dificultou a participação no PNAE.

Os jovens, que participaram do projeto em 2015 e 2016, foram deixando os assentamentos, sem perspectiva de viver da terra. Consequentemente, há lacuna de novas lideranças para mobilizar e organizar as comunidades, conforme relatamos anteriormente (LARANJEIRA et al, 2018).

Com relação a atual situação das políticas para a reforma agrária, a paralisação do Governo Federal nos últimos anos foi apontada por Fernandes et al (2020, p. 5-6):

Desde o início, o governo está demarcando uma postura de destruição de políticas de educação, pesquisa, saúde e, no campo, extinguindo, descontinuando ou reduzindo políticas criadas nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, como o PRONERA, PAA, PNAE, PLANAPO, ATER, dos Programas Terra Sol e Terra Forte etc. A política de reforma agrária foi uma das mais atingidas, (...). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem tratado apenas da titulação dos assentamentos de reforma agrária. O governo criou a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários e a entregou a Luiz Antônio Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) uma das organizações defensoras dos privilégios dos latifundiários.

Em Colinas, da mesma forma, o INCRA promete o título de posse da terra. Para esses autores, a atuação deste órgão é agora apenas na segunda etapa da reforma agrária, ou seja, “a legalização de terras já desapropriadas e emissão de títulos definitivos de posse da terra.” (FERNANDES et al, 2020, p. 7).

Já em 2017, matéria do Repórte Brasil (GUERRA e MAGALHÃES, 2017) denunciava essa situação, restrita à titulação, e o abandono das famílias, deixando-as sem alternativas, a não ser vender a terra. Diz a matéria:



Anunciado internamente como mecanismo de eficiência, o *titulômetro* é criticado por promover uma inversão de prioridades. Enquanto a missão do instituto era criar e fortalecer o desenvolvimento de assentamentos, o foco dos servidores agora é conceder títulos individuais.

(...)

Ao virar proprietário, o assentado perde uma série de benefícios. “Quando o agricultor é assentado, ele busca financiamento do Pronaf, com juros baixos. Quando ganha o título, ele tem que buscar esse crédito por conta própria, em bancos privados, o que é mais difícil”, afirma a coordenadora da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso, Elizabete Flores. (...)

Com essas dificuldades, e com o título de propriedade em mãos, a tendência é que os pequenos agricultores vendam o imóvel, avalia Igor Rolemberg, antropólogo e pesquisador dos conflitos fundiários na Amazônia. (GUERRA E MAGALHÃES, 2017)

Na resposta do INCRA à essa questão, conforme divulgação do mesmo veículo (REPÓRTE BRASIL, 2017), encontramos:

Argumentos que apontam a possibilidade de venda dos lotes não se sustentam. O Título de Domínio expedido apresenta cláusulas restritivas que impedem a reconcentração fundiária. Outro ponto que merece destaque: apenas são titulados aqueles projetos de assentamento nos quais o Inbra já cumpriu com as suas obrigações referentes a crédito, infraestrutura e assistência técnica.

(...)

Por fim, ressalta-se o fato de que o assentado tem o direito assegurado por lei de receber o documento, *desde que ele e o INCRA tenham cumprido todas as exigências previstas.*(grifo nosso)

A afirmação feita na resposta do INCRA não procede, pois em Colinas também solicitam documentos às famílias, incluindo a atualização do Cadastro Único do Governo Federal, para emissão de títulos e DAP definitiva. Com a pandemia, o processo está parado. Pelo que foi aqui relatado, é nítido que esses assentamentos não acessaram as políticas públicas do programa da reforma agrária. Apesar da luta da direção do sindicato, a estagnação nas conquistas resulta no descrédito das lideranças e da luta, e a desorganização da comunidade.

6. Discussão e Considerações finais

Colinas do Sul está entre os municípios mais jovens e com menor população da Chapada dos Veadeiros. Foi criado em 1987 e até então pertencia ao município de Cavalcante, quando constituía porção longínqua e esquecida deste último município, com pequenos povoados e vida essencialmente rural.

Nos assentamentos em questão observa-se que boa parte das famílias é nascida na região, ou no próprio município e aí já estava quando da criação do assentamento. Como mostra o quadro II, a maioria das pessoas tem sua origem em famílias camponesas, e no seio da família adquiriu a maior parte dos conhecimentos



para viver na terra. Este perfil, se por um lado traz maior resiliência para sobreviver sob difíceis condições, por outro, somado à baixa escolaridade e condição socioeconômica pouco privilegiada, traz dificuldades de organização social voltada à luta política.

Os projetos desenvolvidos pelo NASPA junto a esses assentamentos representaram apoio importante para melhorar a organização, produção, comércio e a consciência sobre os direitos às políticas públicas.

Entretanto, é preciso relatar que em 2016, quando os grupos de mulheres se formaram e em 2017, quando aprovamos o segundo projeto junto ao CNPq, na expectativa de alavancar esses grupos, havia grande otimismo sobre a continuidade do trabalho. Diversas questões afetaram o MCTIC em 2017 e o projeto teve corte de cerca de 30% e a aprovação definitiva veio somente no final do ano. Foram necessários ajustes, resultando na menor interação com as comunidades, além dos encontros do curso.

As ações de pesquisa e extensão universitária, nesses 5 anos, contribuíram para: i) fortalecer os grupos de mulheres dos assentamentos Boa Esperança e Terra Mãe; ii) dar visibilidade à cultura, à produção agroextrativista e aos saberes dessas comunidades; iii) fortalecer as relações internas, pelo aprofundamento e valorização das histórias de vida; iv) favorecer o encontro sistemático entre as pessoas; v) retomada da feira semanal e das vendas para o PNAE. Foram, portanto, um diferencial para o crescimento dessas famílias, mas não foram suficientes para melhorar efetivamente as condições de comunidades, onde a falta de estrutura básica (ver quadro II), e as condições de abandono em que vive a maioria das famílias— são empecilhos concretos à melhoria de vida e à segurança alimentar. Já havíamos assinalado (LARANJEIRA et al., 2018) a dificuldade com o transporte escolar: crianças e adolescentes saem de casa muitas vezes antes do sol nascer, caminham longas distâncias e muitas vezes o transporte não comparece, por problemas de manutenção, ou falta de combustível.

Mesmo diante desse quadro, as famílias resistem, mantêm seus plantios de subsistência, e geram pequenos excedentes para venda. Observando esses avanços, fruto da resistência das/os agricultoras/es, constatamos que o potencial das famílias é grande para produção e para garantir, no mínimo, a segurança alimentar própria (autoconsumo). A coleta, processamento e uso dos frutos do cerrado representa importante reforço alimentar, como se constata no quadro V (88,9% das famílias faz uso desses alimentos). A variedade de alimentos produzidos e a presença importante da proteína animal (mais de 90% das famílias cria galinha/frango, mais de 70% cria gado), demonstram que o potencial de auto sustento existe. Em meio a tantas fragilidades, ressaltamos a escassez hídrica como fator determinante na baixa produção.

Com relação aos mercados locais, apesar de uma pequena contribuição para o PNAE, é muito difícil, nesse momento, que essa contribuição possa ser ampliada.



Além das condições de produção, faltam também as DAP's condição primeira para esta venda.

A suspensão das políticas públicas por parte do INCRA e as promessas de titulação da terra e DAPs definitivas atuam no enfraquecimento da organização comunitária e da credibilidade das lideranças.

Os anos de atuação na região da Chapada dos Veadeiros, onde diversas comunidades estão em posição de invisibilidade dentro da sociedade, mostraram que para a compreensão deste contexto é necessário utilizar outras categorias de estudo, além das tradicionais marxista: trabalho, produção e classe. Essas comunidades, se por um lado têm difícil acesso a políticas públicas de inclusão social (atualmente quase inexistentes), por outro têm em sua forma de se conectar com a natureza, conviver e preservar o bioma, nos seus saberes, fazeres e na cultura em geral, um modo próprio, que a modernidade/colonialidade tentam deslegitimar, desvalorizar, invisibilizar. É esta cultura que provê a resiliência e a resistência para se manterem aí. Trabalhamos então para valorizar e dar visibilidade ao modo de vida dessas comunidades, apoiando para que se organizem, se fortaleçam e lutem por seus direitos e soberania.

Referências:

ÁGUAS, Carla et.al. Vozes da Chapada. In: ÁGUAS, C.; LARANJEIRA, N.P.F.; SILVA, C.T. (orgs.) *Águas e Saberes na Chapada dos Veadeiros*: Publicação Paradidática Colaborativa. Juiz de Fora: Águas, 2021.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (ed.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

FERNANDES, B.M. et al. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. *Boletim Dataluta*, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, jan.2020, n.145.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

------. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 10ª ed, 1992.

LARANJEIRA, Nina Paula; BARBOSA, César Adriano de Souza; GARCEZ, Nilcionir Costa. Desafios da construção do conhecimento agroecológico com jovens do campo no contexto de assentamentos da reforma agrária na Chapada dos



Veadeiros, Nordeste Goiano. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 8., 2018, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Rede de Estudos Rurais, 2019. p. 1669-1683.

-----; BARBOSA, César Adriano de Souza. A pesquisa participativa e a construção do protagonismo camponês na transição agroecológica: o caso do Assentamento Sílvio Rodrigues, Goiás, Brasil. *Agroecologia*, v. 13(1), 2018.

-----; CARCELLE, Sebastien; MIRANDA, Denise de; SÁ, Tatiana Deane Abreu; TRENTO, Luã Gabriel; SOUZA, Thais Santos de; CARDOSO, Irene Maria. Para uma Ecologia de Saberes: trajetória da construção do conhecimento agroecológico na Associação Brasileira de Agroecologia. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 14, nº. 2 esp., 2019.

-----; SARAIVA, Regina Coelly; SILVA, Alzair da Costa; LIMA, Francisca Deuzilene. Território: Água, Terra, Gente. In: ÁGUAS, C.; LARANJEIRA, N.P.F.; SILVA, C.T. (orgs.) *Águas e Saberes na Chapada dos Veadeiros*: Publicação Paradidática Colaborativa. Juiz de Fora: Águas, 2021.

PROJETO VIDAS PARALELAS CAMPO: Assentamentos Rurais de Colinas do Sul – Goiás. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://naspabc.wixsite.com/naspa/publicacoes-e-divulgacao>. Acesso em 08 abr. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Antología esencial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.

GUERRA, Renata; MAGALHÃES, Ana. Titulômetro e cortes no Incra esvaziam política de reforma agrária. *Repórter Brasil*. 04 out. 2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/10/titulometro-e-cortes-no-incra-esvaziam-politica-d-e-reforma-agraria/>. Acesso em 04 mar. 2021.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre a pesquisa-ação. In: Brandão, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed. 1985.

----- . 2011. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 18ª ed.